

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PESSOAIS E DO GRUPO NAVI



MARÇO/2021

SUMÁRIO

1. Apresentação	3
2. Disposições Gerais.....	3
3. Regras de Investimento Pessoal.....	3
4. Deveres e Responsabilidades	6
5. Política de Negociações do Grupo Navi	6
6. Disposições Gerais.....	7
7. Vigência e Atualização.....	7
TERMO DE COMPROMISSO COM A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PESSOAIS	8

1. Apresentação

Esta Política de Investimentos Pessoais e do Próprio Grupo Navi (“Política”) se aplica às administradoras de carteiras de títulos e valores mobiliários, na modalidade gestora de recursos, nos termos da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, conforme alterada (“ICVM 558”), do Grupo Navi, quais sejam, Navi Capital - Administradora e Gestora de Recursos Financeiros Ltda. (“Navi Capital”), Navi Yield – Administradora e Gestora de Recursos Financeiros Ltda. (“Navi Yield”), Navi Allocation - Administradora e Gestora de Recursos Financeiros Ltda. (“Navi Allocation”), Navi Real Estate Selection - Administradora e Gestora de Recursos Financeiros Ltda. (“Navi Selection”), Navi Real Estate Ventures - Administradora e Gestora de Recursos Financeiros Ltda. (“Navi Ventures”), Navi International - Administradora e Gestora de Recursos Financeiros Ltda. (“Navi Internacional”). Quando referidas em conjunto no presente documento, Navi Capital, Navi Yield, Navi Allocation, Navi Selection, Navi Ventures e Navi Internacional são designadas “Gestoras”.

O detalhamento do escopo das atividades de cada uma das Gestoras e regras para mitigação de conflitos de interesse pode ser consultado no Código de Ética do Grupo Navi.

2. Disposições Gerais

A filosofia do Grupo Navi reside em uma característica fundamental: dedicação integral às atividades que em primeiro lugar maximizem a rentabilidade de nossos produtos e consequentemente o valor agregado aos nossos cotistas.

Nesse sentido, todos os Colaboradores do Grupo Navi, assim definidos no Código de Ética do Grupo Navi, são incentivados a colocarem seus recursos próprios nos produtos da empresa de forma a estabelecer foco de atenção e proatividade na nossa atividade fim.

Logo, com fundamento no art. 16, IX, da ICVM 558 essa Política tem como objetivo definir as regras e procedimentos para os investimentos pessoais dos Colaboradores do Grupo Navi, bem como dos recursos do próprio Grupo Navi.

3. Regras de Investimento Pessoal

Vedações

- (a) É vedado aos Colaboradores realizar operações de *daytrade*.

(b) É vedado aos Colaboradores realizar operações de qualquer título ou valor mobiliário que constar na **Lista Restrita** elaborada periodicamente pela área de compliance do Grupo Navi, cujo racional para a sua elaboração encontra-se descrito adiante:

Lista Restrita

Os valores mobiliários integrarão a **Lista Restrita** nas seguintes hipóteses:

- (a) existência de informação privilegiada, geral ou específica, relativa a companhias abertas controladas pelo Grupo Navi, pelos sócios controladores do Grupo Navi, por fundos de investimento geridos pelas Gestoras, ou das quais as sociedades do Grupo Navi, ou seus sócios controladores, ou os fundos de investimento por elas geridos, participem do bloco de controle;
- (b) existência de informação privilegiada, geral ou específica, relativa a companhias abertas das quais os Colaboradores do Grupo Navi ou de sociedades que pertençam ao seu grupo econômico participem como integrantes do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária. Essa restrição não prevalecerá caso o integrante dos órgãos antes mencionados seja profissional independente, segundo a definição do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão;
- (c) existência de informação privilegiada específica relativa à intenção de realização de operação de fusão, aquisição, cisão, transformação ou reorganização societária, sempre que, a juízo da área de *compliance*, trate-se de intenção concretamente demonstrável e verificável;
- (d) nas situações em que as Gestoras prestem serviços de assessoria exclusivamente na implementação de operação de alienação ou aquisição de ações de uma determinada companhia aberta e tal operação, a exclusivo juízo da área de *compliance*, culminar em discussões potencialmente vinculativas com contrapartes;
- (e) até que seja publicado o anúncio de encerramento da distribuição, a existência de informação relativa à oferta pública de distribuição decidida ou projetada, na qual alguma das Gestoras esteja envolvida; e
- (f) demais situações em que as Gestoras mantenham ou estabeleçam relação comercial, profissional ou de confiança da qual resulte fluxo de informações potencialmente relevantes, sempre que, por força desse fluxo, a classificação restrita seja recomendada, a juízo da área de *compliance*, como forma de evitar que as negociações realizadas com os valores mobiliários respectivos aparentem ter sido realizadas mediante utilização de informação privilegiada.

Regras para Aquisição de Ativos

- (a) São permitidos investimentos em títulos públicos, fundos de investimentos abertos e ETF's sem aprovação prévia do Diretor de Compliance e estes poderão ser realizados em qualquer instituição financeira.

(b) Investimentos em ações, opções e futuros negociados na B3, presentes ou não no portfólio dos fundos de investimento geridos pelas Gestoras, devem ter aprovação prévia do Diretor de Compliance.

(c) O horizonte de investimento em ações, opções e futuros negociados na B3 deverá ser de no mínimo 30 (trinta) dias.

(d) Investimentos em ativos de renda fixa-crédito privado e fundos imobiliários, presentes ou não no portfólio dos fundos de investimento geridos pelas Gestoras, devem ter aprovação prévia do Diretor de Compliance.

(e) O horizonte de investimento em renda fixa-crédito privado e fundos imobiliários deverá ser de no mínimo 30 (trinta) dias. Especificamente com relação aos fundos imobiliários geridos pelas Gestoras, o horizonte de investimento deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

(f) Quaisquer investimentos em ativos não tratados nesse documento deverão ser submetidos à aprovação pelo Diretor de Compliance.

Em casos excepcionais como, por exemplo, situações de mercado adverso, o Colaborador poderá solicitar autorização expressa ao Diretor de Compliance, Sr. João Paulo de Aragon Moraes Baptista, para que este aprove que ele efetue a venda de seus ativos antes dos prazos definidos nos itens (c) e (e) definidos anteriormente. Neste caso, a decisão caberá ao Diretor de Compliance que, caso entenda necessário, poderá submeter a discussão para deliberação pelo Comitê de Riscos e *Compliance*. As solicitações serão analisadas caso a caso de forma que a decisão só será aplicável ao caso específico submetido ao Diretor de Compliance e nunca em linhas gerais.

Naquilo que couber, deve-se observar as regras relativas às Restrições à Negociação com Valores Mobiliários do Grupo Navi presentes na Política de Gestão de Riscos.

Novos Colaboradores/Transferências

Os novos Colaboradores deverão declarar seus investimentos no Termo de Compromisso quando do início de suas atividades na respectiva Gestora.

Ainda que a zeragem de investimentos vetados por esta Política não seja obrigatória ao Colaborador que já os possua antes do início de sua atuação na Gestora, para alienar qualquer ativo, exceto investimentos em títulos públicos, fundos de investimentos abertos e ETF's, os Colaboradores deverão solicitar autorização ao Diretor de Compliance, que observará os seguintes critérios, sem limitação:

- inexistência de quaisquer ordens pendentes de execução por parte de uma das Gestoras; e

- inexistência de informação privilegiada por parte de qualquer das Gestoras em relação ao respectivo ativo financeiro.

4. Deveres e Responsabilidades

Caberá ao Diretor de *Compliance* do Grupo Navi fazer cumprir os termos descritos nessa Política. O não cumprimento das regras acima dispostas acarretará em advertências e punições a serem estabelecidas pelo Comitê de Riscos e *Compliance*.

Todos os Colaboradores deverão assinar o Termo de Compromisso com esta Política que, dentre outros pontos, expressa a anuência à esta Política, conforme disposto logo abaixo.

A assinatura do Termo de Compromisso deverá ser renovada no mínimo anualmente por todos os Colaboradores.

Ao final de cada semestre, sete (7) colaboradores ou vinte e cinco por cento (25%) da força de trabalho (o que for maior) de cada Gestora, escolhidos de forma aleatória pelo Comitê de Riscos e Compliance, devem apresentar os respectivos extratos do Canal Eletrônico do investidor (B3) e do Cetip Certifica para comprovar o cumprimento das regras aqui descritas.

Caso haja suspeita de alguma operação ilícita ou a qualquer momento, os Colaboradores deverão fornecer ao Diretor de Compliance, mediante solicitação desse, seus extratos do Canal Eletrônico do Investidor (B3) ou de outro meio em que uma operação suspeita possa ter sido realizada a fim de verificar o cumprimento dessa Política.

5. Política de Negociações do Grupo Navi

As Gestoras, como participantes do mercado financeiro e principais interessadas em executar bem os serviços de gestão de recursos de terceiros a seus clientes, ou seja, os cotistas dos fundos geridos, de nenhuma forma investirão em qualquer ativo ou valor mobiliário que possam de alguma maneira vir a conflitar com os serviços de gestão prestados.

Assim, para evitar conflito de interesses, o Grupo Navi não realiza, com seus recursos próprios, negociações de ativos financeiros de renda variável e/ou ativos de renda fixa-crédito privado.

A gestão do caixa do próprio Grupo Navi tem por objetivo somente a manutenção das operações das Gestoras, e é feita de maneira conservadora e está restrita à:

- (i) Negociação de ativos financeiros (CDB) emitidos por um dos cinco maiores bancos do Brasil em Patrimônio;
- (ii) Realização de operações compromissadas com lastro em títulos públicos; e
- (iii) Aplicação em fundos de investimentos de renda fixa.

6. Disposições Gerais

Em cumprimento ao art. 14, V, da ICVM 558, a presente Política de Investimentos Pessoais está disponível no endereço eletrônico <http://www.navi.com.br>.

7. Vigência e Atualização

Esta Política será revisada anualmente, e sua alteração acontecerá caso seja constatada necessidade de atualização do seu conteúdo. Poderá, ainda, ser alterada a qualquer tempo em razão de circunstâncias que demandem tal providência.

TERMO DE COMPROMISSO COM A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PESSOAIS

Eu, _____, inscrito no CPF/ME sob o n.º _____, declaro para os devidos fins que:

1. Estou ciente da existência da Política de Investimentos Pessoais do Grupo Navi, datada de ____/____/2021, que recebi, li e tenho em meu poder.
2. Tenho ciência do teor desta Política, com a qual declaro estar de acordo, passando esta a fazer parte de minhas obrigações como Colaborador, acrescentando às normas previstas no Contrato Individual de Trabalho e as demais normas de comportamento estabelecidas pelo Grupo Navi.
3. Comprometo-me a observar integralmente os termos da Política mencionada acima, além de saber seu conteúdo, de forma que todos os investimentos por mim detidos estão plenamente de acordo com a presente Política, não caracterizando quaisquer infrações ou conflitos de interesse, nos termos do referido documento, exceção feita aos investimentos relacionados na tabela abaixo. Comprometo-me ainda a informar imediatamente, por escrito, ao Comitê de Riscos e *Compliance*, qualquer modificação e/ou atualização da tabela abaixo.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES					
Ativo	Emissor	Quantidade	Valor	Data de Aquisição	Conflito

4. Tenho ciência de que o não cumprimento desta Política, a partir desta data, implica na caracterização de falta grave, podendo ser passível da aplicação das sanções cabíveis, inclusive desligamento por justa causa.
5. As normas estipuladas na Política de Investimentos Pessoais não invalidam nenhuma disposição do Contrato Individual de Trabalho e nem de qualquer outra norma mencionada pelo Grupo Navi, mas servem de complemento e esclarecem como lidar em determinadas situações relacionadas à minha atividade profissional.

, ____ de _____ de 20____.

[COLABORADOR]